MUNICIPIO DO ENTRONCAMENTO
ORÇAMENTO 2014 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

1. Cenário macroeconómico
2. Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano
2.1. Valor global do orçamento
2.2. Evolução do saldo global
2.3. Previsão das receitas
2.4. Dotação das despesas
2.5. Grandes Opções do Plano
2.5.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos
2.5.2. AMR – Atividades Mais Relevantes

1. Cenário Macroeconómico para 2014

O próximo exercício orçamental decorrerá numa conjuntura continuadamente adversa embora com alguma expetativa de recuperação da economia portuguesa.

De facto, o Relatório da proposta de Orçamento de Estado para 2014, estabelece um cenário macroeconómico caracterizado pelo desanuviamento da recessão económica, traduzido num aumento do PIB, derivado de uma contribuição menos negativa da procura interna e no contributo positivo da procura externa. Prevê-se uma nova dinâmica da procura interna em resultado da estabilização do consumo privado e também o crescimento do investimento que se espera seja baseado na iniciativa privada.
Apesar deste cenário mais otimista do que o de anos anteriores, verificamos que, no que respeita ao desemprego, o mesmo continuará a crescer, prevendo-se um aumento de 17,4% para 17,7%.

Quadro I.2.3. Principais indicadores
(taxa de variação, %)

	2011	2012	2013 (p)	2014 (p)
PIB e Componentes da Despesa *(Taxa de crescimento homólogo real, %)*				
PIB	**-1,3**	**-3,2**	**-1,8**	**0,8**
Consumo Privado	-3,3	-5,4	-2,5	0,1
Consumo Público	-5,0	-4,7	-4,0	-2,8
Investimento (FBCF)	-10,5	-14,3	-8,5	1,2
Exportações de Bens e Serviços	6,9	3,2	5,8	5,0
Importações de Bens e Serviços	-5,3	-6,6	0,8	2,5
Contributos para o crescimento do PIB *(pontos percentuais)*				
Procura Interna	-5,5	-6,9	-3,7	-0,3
Procura Externa Líquida	4,2	3,8	1,9	1,1
Evolução dos Preços				
Deflator do PIB	0,3	-0,3	1,9	0,9
IPC	3,7	2,8	0,6	1,0
Evolução do Mercado de Trabalho				
Emprego	-1,5	-4,2	-3,9	-0,4
Taxa de Desemprego (%)	12,7	15,7	17,4	17,7
Produtividade aparente do trabalho	0,1	1,0	2,2	1,2
Saldo das Balanças Corrente e de Capital *(em % do PIB)*				
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-5,6	0,2	2,3	3,5
- Saldo da Balança Corrente	-7,2	-1,9	0,5	1,9
da qual Saldo da Balança de Bens	-7,7	-4,7	-2,6	-1,7
- Saldo da Balança de Capital	1,6	2,1	1,8	1,5

Legenda: (p) previsão.
Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Refere o citado documento, a folhas 18:

"Para 2014, prevê-se um crescimento do PIB em 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa da procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida.
Este último contributo é menos relevante em 2014 do que em anos anteriores, fruto de uma aceleração das importações de bens e serviços em resposta à estabilização do consumo privado e ao crescimento do investimento (FBCF). Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da atividade económica. Dada a manutenção de um elevado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas continue: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3,5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1,9% do PIB, reforçando assim o resultado de 2013."

Relativamente ao nível de desemprego, traça o seguinte cenário:
"A taxa de desemprego deverá situar-se nos 17,7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho positiva (apesar de em desaceleração) e uma queda do emprego inferior à registada em 2013. O aumento do desemprego previsto para 2014, ainda que em desaceleração face ao andamento registado desde 2011, é fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da consequente reafetação de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transacionáveis para os sectores de bens transacionáveis. No curto prazo, os custos desta reestruturação deverão continuar a penalizar o mercado de trabalho, que reage com maior desfasamento à recuperação da atividade económica."

O Relatório apresenta a fls. 26, uma simulação relativamente ao aumento da taxa de desemprego em 1 p.p., concluindo que o mesmo tem como efeito a diminuição do saldo das administrações públicas em 0,4 p.p.
Refere ainda que: "*Para este resultado concorre, em primeiro lugar, o impacto direto de um maior desemprego (e menor emprego) e maior despesa em prestações sociais (em particular, subsídio de desemprego) e menor receita de contribuições sociais e coleta de IRS. Acresce o efeito que o aumento do desemprego tem na diminuição do consumo privado, e, desta forma, na menor coleta dos impostos indiretos. O efeito esperado no rácio da dívida pública é essencialmente derivado do maior défice orçamental mas também do menor PIB nominal."*

Do ponto de vista do município, tal cenário não permite vislumbrar alterações conjunturais significativamente benéficas que se convertam em vantagens conducentes a uma maior disponibilização de recursos públicos.

Acresce que 3 anos após as exigentes medidas impostas no PAF, se continuam a prever aumentos do desemprego, quando esse indicador já deveria estar numa trajetória descendente.
Continuamos pois mergulhados num cenário de constrangimentos sociais, no qual o papel do município se irá revelar cada vez mais importante no apoio a famílias e indivíduos particularmente afetados por estas situações adversas, aliás no seguimento do que tem vindo a acontecer nos últimos anos.

Importante, no contexto da proposta orçamental do município, é descortinar a evolução que o setor da construção prevê para os próximos anos, parecendo-nos de grande utilidade, no que ao financiamento autárquico diz respeito, as conclusões tiradas no estudo da AECOPS "Construção: Uma Visão do Futuro – Sumário Executivo" e das quais se transcreve o seguinte passo:
http://prewww.aecops.pt/pls/daecops3/WEB_EXTRACT_EXTERNAL.GET_EXTERNAL?code=28911635&col_ext=FILE1&tab=blist_downloads

"A capacidade de investimento das famílias, das empresas e do Estado é penalizada num cenário em que apesar da adoção de algumas políticas pelo Estado e da definição de estratégias por parte das empresas, a sua implementação não permitiu que se produzissem resultados tão favoráveis como seria desejável.

Neste contexto, a reabilitação, ainda que ganhe maior importância, não cresce a um ritmo tão acelerado devido à baixa eficácia das políticas relativas ao arrendamento, à imposição fiscal sobre o património imobiliário e ao ordenamento do território.

A procura de habitação será afetada por um clima económico menos favorável, tendo menos expressão a procura de habitações para ocupação sazonal e sendo bastante menos expressiva a procura de habitação devida a motivações de upgrade habitacional.

A vinda de imigrantes é mais reduzida, a procura de fogos por novas famílias é, também, mais reduzida e ocorrerá com mais vigor num mercado de segundas habitações que podem não implicar trabalhos de reabilitação. Por sua vez a deslocalização dentro do território é mais limitada, dado que o mercado de trabalho se mantém rígido.

Assim, a procura de fogos manter-se-á a níveis não muito distantes dos verificados nos últimos anos, mas com tendência para diminuir nos últimos anos do período de previsão (2016-2020)."

"Portugal ultra-periférico"
Evolução do output da Construção de Edificios, por segmento, 2005-2020

	Output (milhões €)	Taxas de Crescimento real - média anual (%)		
	2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Habitação				
Novo	8.168,2	-1,3	-2,8	0,1
Reabilitação	3.955,9	1,5	5,7	3,6
Total	12.141,1	-0,4	0,6	1,7
Não Residencial				
Novo	4.792,0	-2,1	2,3	0,6
Reabilitação	1.033,0	0,0	6,4	2,0
Total	5.825,0	-1,7	3,1	0,9
Total de Edifícios				
Novo	12.960,2	-1,6	-0,8	0,3
Reabilitação	4.988,8	1,2	5,8	3,3
Total	17.949,1	-0,8	1,4	1,5

As previsões relativas ao comportamento futuro do setor da "Habitação" permitem concluir de uma alteração significativa da natureza e do valor das receitas municipais, que têm origem na atividade da construção civil, designadamente nas rubricas de "loteamentos e obras" e "taxa de urbanização" e no IMT- Imposto municipal sobre transmissões onerosas imóveis.

Sendo a opção pela não construção, mas antes pela reabilitação, a base para aplicação do IMI tem tendência para não aumentar, o que a prazo se traduzirá numa perda de receitas para a autarquia.

Para além desta previsível quebra, as restantes receitas de taxas incidentes sobre diversos tipos de atividade económica, designadamente publicidade e mercados, deverão registar um decréscimo.

Tendo presente este cenário, mas fazendo apelo por um lado à capacidade concretizadora e dinamizadora de uma sociedade que conta com o seu município para desempenhar um papel de relevo na aplicação de políticas desenvolvimentistas e apoiantes do empreendedorismo como forma de contribuir para a criação de postos de trabalho e do enriquecimento do concelho, e por outro no seu papel da suporte social às famílias, entende o município ser seu dever recorrer aos mecanismos que a lei coloca à sua disposição no sentido de atingir esse objetivo.

Assim, estabelecem-se em sede de orçamento as seguintes orientações:

IMI – Imposto municipal sobre imóveis – Aponta-se para uma facilitação da vida das famílias ao propor uma redução da taxa de IMI de 0,4% para 0,39% sobre os prédios reavaliados nos termos do CIMI.
Prevê-se que tal medida importe numa redução de 60.000 € das receitas municipais.

Derrama – o município pretende transformar a derrama num fator de desenvolvimento concedendo benefícios às empresas sedeadas no concelho, que criem postos de trabalho.
Serão abrangidas empresas existentes e as novas empresas que pretendam investir no concelho, que criem postos de trabalho e os mantenham por um período de 3 anos.
Prevê-se uma quebra nas receitas municipais até 17.000 €.

2. Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano

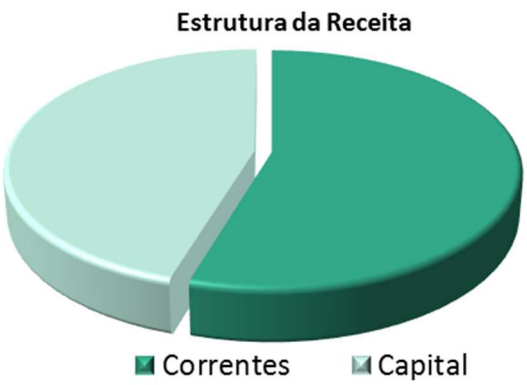
Em cumprimento da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentam-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano do município de Entroncamento para o ano 2014, para posterior submissão à apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

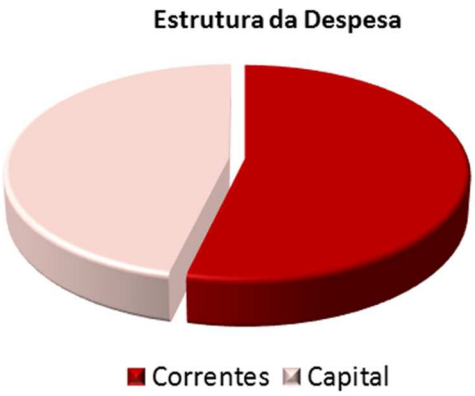
O momento atual (e anos próximos) é profundamente marcado pela crise da dívida e elevados défices do setor público.
Deste modo, os documentos previsionais para 2014:
- Prosseguem uma estratégia de rigor e de maior contenção da despesa, para reforço e consolidação das finanças municipais;
- Prosseguem uma estratégia de redução de endividamento, em especial de curto prazo, visando a redução do prazo médio de pagamentos;
- Têm as prioridades claramente definidas, visando um desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando as atuais condicionantes socioeconómicas e financeiras;
- Criam as condições para a continuidade da realização dos projetos municipais, tirando o máximo aproveitamento das oportunidades de cofinanciamento estabelecidas designadamente pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

2.1. Valor global do orçamento

O orçamento do município do Entroncamento para o ano de 2014, totaliza 21.234.970 € e tem a seguinte composição:

Designação	Receitas		Despesas	
	Valor €	%	Valor €	%
Correntes	11 611 133	55%	11 409 606	54%
Capital	9 623 841	45%	9 825 368	46%
Total	**21 234 974**	**100%**	**21 234 974**	**100%**





2.2. Evolução do saldo global

Descrição	Orçamento (€)		Variação	
	2013	2014	Valor (€)	%
Receita corrente	14.524.784	11.611.133	-2.913.651	-20,1%
Receita de capital (efetiva) (1)	15.485.891	9.623.841	-5.862.050	-37,9%
Receita efetiva (1)	**30.010.675**	**21.234.974**	**-8.775.701**	**-29,2%**
Despesa corrente	14.504.488	11.409.606	-3.094.882	-21,3%
Despesa de capital (efetiva) (2)	14.287.187	8.800.368	-5.486.819	-38,4%
Despesa efetiva (2)	**28.791.675**	**20.209.974**	**-8.581.701**	**-29,8%**
Saldo corrente	20.296	201.527	181.231	892,9%
Saldo de capital	1.198.704	823.473	-375.231	-31,3%
Saldo global	**1.219.000**	**1.025.000**	**-194.000**	**-15,9%**

(1) - Não inclui ativos e passivos financeiros
(2) - Não inclui ativos e passivos financeiros

Relativamente ao ano anterior, assiste-se a uma contração da receita efetiva em 8.775.701 € (-29,2%) e da despesa efetiva em 8.581.701 € (-29,8%), o que se traduz num diferencial previsto de -194.000 €.

Existe de facto uma tentativa de aproximar o orçamento do município à realidade das suas efetivas capacidades financeiras, evitando aquela que foi ao longo dos anos uma prática de excesso orçamental, conforme atestam os indicadores de execução disponíveis à data.

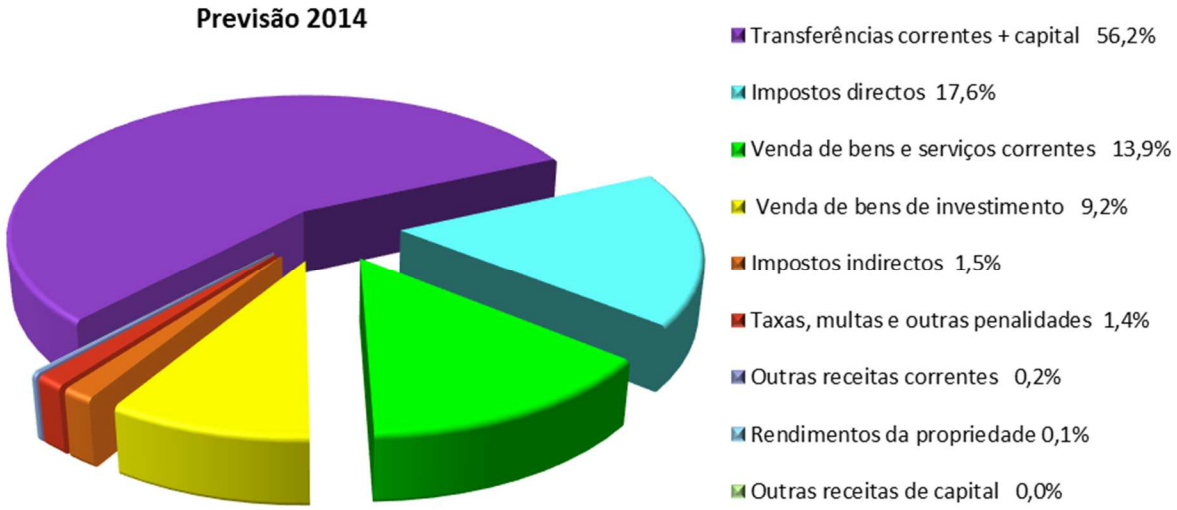
2.3. Previsão das receitas

A receita municipal prevista para o ano de 2014 ascende a 21.234.974 € apresentando, em relação à receita orçamentada em 2013, um decréscimo de 29,2 %, ou seja, menos 8.775.701 €, para o que contribuiu principalmente a redução de 2.913.651 € nas receitas correntes e de 5.862.050 € nas receitas de capital.

Rubricas	Previsão 2013		Previsão 2014		Evol. 2014/2013		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2013	2014
01 Impostos diretos	4 480 775	14,9%	3 732 832	17,6%	-747 943	-16,7%	30,8%	32,1%
02 Impostos indiretos	210 504	0,7%	311 847	1,5%	101 343	48,1%	1,4%	2,7%
04 Taxas, multas e outras penalidades	325 067	1,1%	289 841	1,4%	-35 226	-10,8%	2,2%	2,5%
05 Rendimentos da propriedade	39 417	0,1%	15 117	0,1%	-24 300	-61,6%	0,3%	0,1%
06 Transferências correntes	4 077 317	13,6%	4 270 785	20,1%	193 468	4,7%	28,1%	36,8%
07 Venda de bens e serviços correntes	3 009 804	10,0%	2 950 918	13,9%	-58 886	-2,0%	20,7%	25,4%
08 Outras receitas correntes	2 381 900	7,9%	39 793	0,2%	-2 342 107	-98,3%	16,4%	0,3%
Total de receita correntes	**14 524 784**	**48,4%**	**11 611 133**	**54,7%**	**-2 913 651**	**-20,1%**	**100,0%**	**100,0%**
09 Venda de bens de investimento	3 823 232	12,7%	1 952 721	9,2%	-1 870 511	-48,9%	24,7%	20,3%
10 Transferências de capital	10 568 822	35,2%	7 671 118	36,1%	-2 897 704	-27,4%	68,2%	79,7%
13 Outras receitas de capital	1 093 836	3,6%	1	0,0%	-1 093 835	-100,0%	7,1%	0,0%
14 Repos. não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Total de receitas de capital	**15 485 891**	**51,6%**	**9 623 841**	**45,3%**	**-5 862 050**	**-37,9%**	**100,0%**	**100,0%**
Total de receitas	**30 010 675**	**100,0%**	**21 234 974**	**100,0%**	**-8 775 701**	**-29,2%**		

Relativamente às receitas, destacamos o previsível decréscimo das receitas de impostos diretos (principalmente do IMI face à previsão de 2103) e das vendas de bens e serviços correntes e o previsível acréscimo dos impostos indiretos e das taxas e das transferências correntes (apoio a funcionamento das escolas: pessoal, AEC's,…).

O gráfico permite visualizar a previsão da distribuição das receitas por capítulos, onde se destacam, pelo seu volume as Transferências correntes e de capital (56,2%), seguidas de 3 rubricas que no seu conjunto representam 40,2% da previsão: impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e venda de bens de investimento.



No que diz respeito às rubricas de impostos, taxas e tarifas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos, taxas e tarifas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Do ponto de vista da evolução global das transferências provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (quadro seguinte), o município prevê uma redução global de 18,8 %, originada pela entrada da maior parte dos projetos comparticipados pelo FEDER na sua fase de conclusão.
Em valor absoluto, prevê-se uma receita de 11.641.734 €, o que representa uma redução de 2.693.347 € face ao ano anterior.

Transferências do Estado	2013	2014	Var.	
			Valor €	%
Correntes	**3 784 258**	**3 970 616**	**186 358**	**4,9%**
Fundo de equilibrio financeiro	1 589 119	1 807 410	218 291	13,7%
Fundo social municipal	274 907	274 907	0	0,0%
IRS	922 146	812 472	-109 674	-11,9%
Outras (ME, IEFP,...)	998 086	1 075 827	77 741	7,8%
De capital	**10 550 822**	**7 671 118**	**-2 879 704**	**-27,3%**
Fundo de equilibrio financeiro	397 280	200 823	-196 457	-49,5%
Cooperação Técnica e Financeira	1 152 602	864 599	-288 003	-25,0%
Participação comunitária em projectos cofinanciados	9 000 940	6 605 696	-2 395 244	-26,6%
Total "Transferências Estado"	**14 335 080**	**11 641 734**	**-2 693 347**	**-18,8%**

O aumento das transferências correntes tem duas origens:
- Uma, na deslocação das verbas do FEF de transferências de capital para correntes, que provocou um aumento de FEF correntes em 218.291 € e uma redução no IRS de 109.674 €;
- Outra, nas transferências das entidades constantes do quadro seguinte, cujo valor global previsto é de 1.075.827, portanto +77.741 € do que em 2013:

Entidades/projetos	Valor €
Centro de emprego GIP	11 500
Centro de emprego POC/CEI	46 000
Inst. Segurança Social	20 000
Autoridade Nacional Seg. Rodoviária	1 500
Total 1	**79 000**
Minsitério da Educação - DREL/DGAE:	
Manutenção do parque escolar	20 202
Componente de apoio à familia	120 000
Atividades de enriquecimento curricular	67 500
Assistentes operacionais PRÉ-ESCOLAR	95 300
Refeições escolares	15 000
Transferência de competências - pessoal não docente	678 825
Total 2 - ME	**996 827**
Total previsto de transferências	**1 075 827**

No que se refere a transferências de capital, para além do FEF, temos as seguintes previsões:

Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):

Designação do projeto	Receita prevista 2014
Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy de Andrade	864 599
Total previsto	**864 599**

Esta previsão representa um decréscimo de 288.003 € relativamente ao valor previsto para 2013.

Participação comunitária em projetos cofinanciados:

Designação do projeto	Receita prevista 2014
Escola Ensino Básico 1ºCiclo + Jardim-de-infância SUL	1 761
Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento	53 557
Escola Básica Norte do Entroncamento	1 535 836
Requalificação do Parque do Bonito - 1ªFase - Publicidade e Divulgação	732
Requalificação do Parque do Bonito - 1ªFase - Alargamento da Avenida das Forças Armadas	140 152
Requalificação do Parque do Bonito - 1ªFase - Casa das Canoas	20 719
Requalificação do Parque do Bonito - 1ªFase - Livro do Parque do Bonito	4 460
ESER	13 715
Req.Urb.Rua Elias Garcia (Cruz.R.Casal Melão até Meia Via)	389 545
Benef.do CM1179 - Lig.Conc.Entronc.até limite T.Novas-Z.I.Riachos	311 406
Requalificação dos acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal	297 500
Ciclovias - Freguesia N. Sra. Fátima	675 750
Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy de Andrade	2 773 810
OP1 - Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas	22 931
OP2 - Largo José Duarte Coelho	25 500
OP 3A - Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista	70 104
OP3B - Requalificação Urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	3 399
OP4 - Rede Aberta Multi-Serviços	22 912
OP5 - Construção equipamento apoio p/ animação, actvidade económica	16 244
OP5 - Execução de arranjos exteriores do Restaurante do Bonito	42 795
OP5 - Execução de arranjos exteriores do Restaurante do Bonito - Complementos	57 944
OP6 - Requalificação da Zona Desportiva (Junto ao Parque do Bonito)	110 458
OP7 - Remodelação do Edifício da Biblioteca Municipal	2 147
OP8 - Centro Cultural	7 430
OP14 - Gestão e Monitorização da Parceria do Programa de Acção para a Regeneração Urbana do Entroncamento	1 790
OP15 - Remodelação do Centro de Convívio da 3ª Idade	3 100
Total previsto	**6 605 696**

O valor previsto representa um decréscimo de 2.395.244 € relativamente à estimativa do ano anterior.

Já no que respeita às transferências do OE ao abrigo da Lei das Finanças Locais, a evolução é a seguinte:

Transferências do Estado	2013	2014	Var.	
			Valor €	%
Fundo de equilibrio financeiro (correntes + capital)	1 986 399	2 008 233	21 834	1,1%
Fundo social municipal	274 907	274 907	0	0,0%
IRS	922 146	812 472	-109 674	-11,9%
Total "Transferências Estado"	**3 183 452**	**3 095 612**	**-87 840**	**-2,8%**

Em termos gerais, o FEF registou um aumento de 1,1%, o FSM, manteve-se nos mesmos valores e a participação no IRS diminuiu 11,9% em consequência do aumento do desemprego.

2.4. Dotação das despesas

Rubricas	Dotação 2013		Dotação 2014		Evol. 2014/2013		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2013	2013
01 Despesas com o pessoal	5 672 626	18,9%	5 142 208	24,2%	-530 418	-9,4%	39,1%	45,1%
02 Aquisição de bens e serviços	7 672 790	25,6%	5 404 972	25,5%	-2 267 818	-29,6%	52,9%	47,4%
03 Juros e outros encargos	420 870	1,4%	265 552	1,3%	-155 318	-36,9%	2,9%	2,3%
04 Transferências correntes	593 525	2,0%	387 063	1,8%	-206 462	-34,8%	4,1%	3,4%
06 Outras despesas correntes	144 677	0,5%	209 811	1,0%	65 134	45,0%	1,0%	1,8%
Total de despesas correntes	**14 504 488**	**48,3%**	**11 409 606**	**53,7%**	**-3 094 882**	**-21,3%**	**100,0%**	**100,0%**
07 Aquisição de bens de capital	14 168 285	47,2%	8 778 049	41,3%	-5 390 236	-38,0%	91,4%	91,4%
08 Transferências de capital	118 900	0,4%	22 319	0,1%	-96 581	-81,2%	0,8%	0,8%
10 Passivos financeiros	1 219 000	4,1%	1 025 000	4,8%	-194 000	-15,9%	7,9%	7,9%
11 Outras despesas de capital	2	0,0%	0	0,0%	-2	-100,0%	0,0%	0,0%
Total de despesas de capital	**15 506 187**	**51,7%**	**9 825 368**	**46,3%**	**-5 680 819**	**-36,6%**	**100,0%**	**100,0%**
Total de despesas	**30 010 675**	**100,0%**	**21 234 974**	**100,0%**	**-8 775 701**	**-29,2%**		

A despesa prevista para o ano de 2014 ascende a 21.234.974 € apresentando, em relação à despesa orçamentada em 2013, uma redução de 29,2 %, ou seja, menos 8.775.701 €.
Este decréscimo global da despesa deve-se, quase em exclusivo, à quebra na previsão de "aquisição de bens de capital", a qual é de 5.390.236 €.

No âmbito da análise da evolução das despesas correntes (-3.094.882 €), é de referir a redução de 530.418 € (-9,4%) nas despesas com pessoal, justificada pelo pagamento da divida à ADSE com os fundos oriundos do PAEL, pelas medidas de contenção previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2014 e na aposentação de trabalhadores.

A grande redução contudo (-2.267.818 €), localiza-se na rubrica de aquisição de bens e serviços, a qual para além de resultar do pagamento de grande parte da divida, também aponta para restrições nas aquisições para o ano de 2014. Na verdade, existem da parte do executivo orientações claras no sentido de uma redução generalizada de 5% nas aquisições dos chamados consumos intermédios, o que pode ser conseguido quer pelo controlo das quantidades e dos timings da aquisição quer pela generalização da consulta a pelo menos três fornecedores / prestadores de serviços para todos os bens e serviços dos quais sejam identificadas necessidades.

Também quanto aos encargos bancários se preveem reduções com algum significado, visto que em 2013 existia dotação para juros a pagar a fornecedores que foram pagos com o PAEL, baixando por isso os encargos para 2014. Acresce que dois empréstimos irão terminar no principio de 2014 (Saneamento financeiro e PREDE/CGD) o que reduz o custo do serviço da divida.

As transferências correntes deverão reduzir 206.462 € (-34,8%), devido ao pagamento de dívidas anteriores.

Principais diferenças 2014-2013:

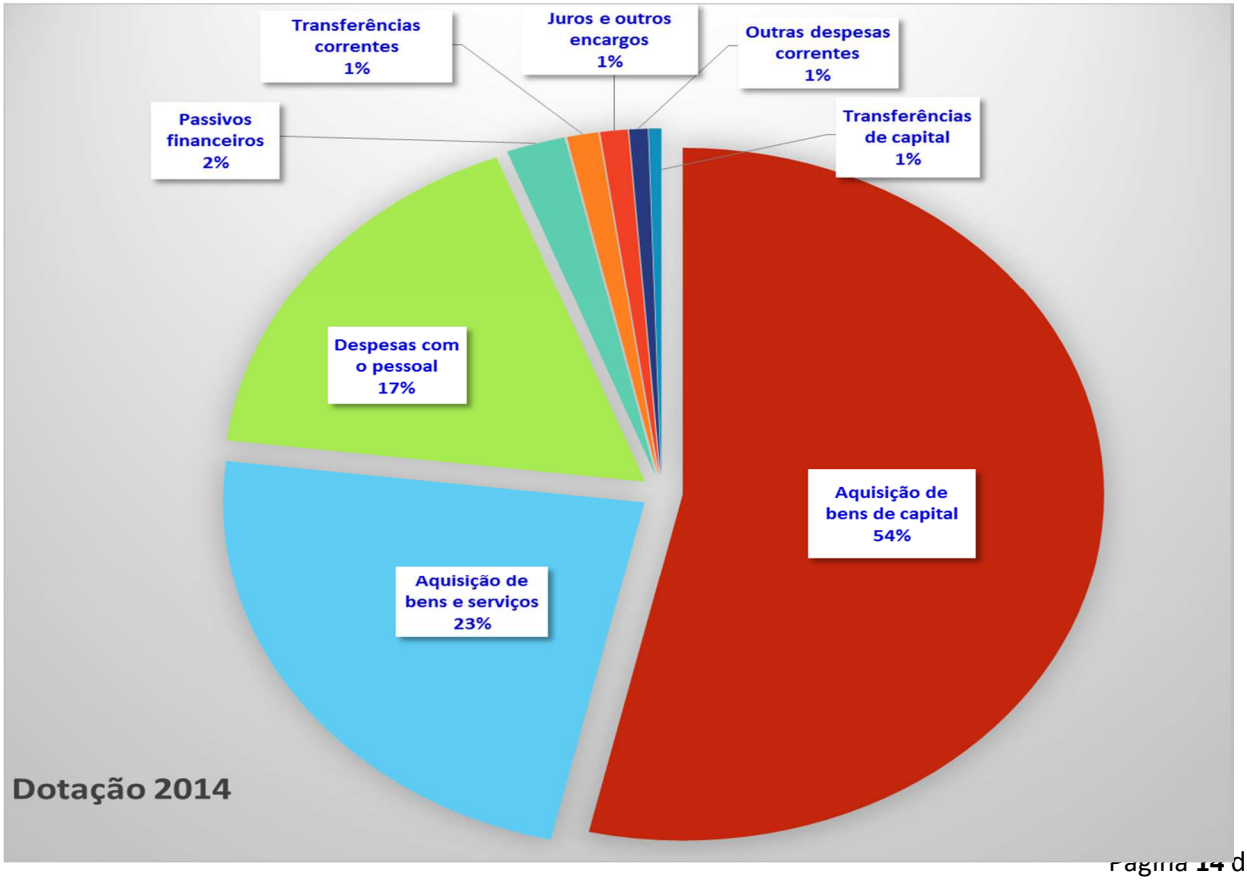
Designação	2013	2014	Diferença
Municipios	95 499	25 000	-70 499
Freguesias	59 501	53 200	-6 301
Associações municipios	180 838	68 250	-112 588
Instituições sem fins lucrativos	197 735	142 462	-55 273
Familias	27 951	72 500	44 549

No que respeita às Despesas de Capital, ascendem a 9.825.368 € e representam 46,3% do orçamento da despesa, o que se traduz numa quebra de 36,6 % relativamente a 2013, ou seja, menos 5.680.819 €.

Os passivos financeiros referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos designadamente às amortizações quer do PAEL quer de empréstimos anteriormente contratados pelo município (vd. Mapa 8.3.6.1 – EMPRÉSTIMOS, nos Anexos).

O capítulo "Aquisição de Bens de Capital" no total de 8.778.049 € será objeto de análise detalhada no ponto seguinte, já que tem correspondência com o Plano Plurianual de Investimentos.

Observando o gráfico, pode avaliar-se a distribuição das despesas por capítulos, onde se destacam três deles pelo peso relativo que têm no total da despesa (94%): Aquisição de Bens de Capital (54%), Aquisição de Bens e serviços (23%) e Despesas com o pessoal (17%).



2.5. Grandes Opções do Plano (GOP)

As GOP, de horizonte móvel de 4 anos, constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

São parte integrante deste documento:

O **PPI** – Plano Plurianual de Investimentos
As **AMR** – Atividades mais Relevantes

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PPI apresenta valores dentro da linha de investimentos definida.

As AMR constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadramos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

GOP	2013	2014	Variação
PPI - Plano Plurianual de Investimentos	14 168 285 €	8 778 049 €	-38,04%
AMR - Actividades Mais Relevantes	2 674 737 €	1 875 954 €	-29,86%
TOTAL	**16 843 022 €**	**10 654 003 €**	**-36,75%**

2.5.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objetivo e por programa que nos permitem ter uma visão setorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses setores.

DESIGNAÇÃO	POR PROGRAMA	POR OBJECTIVO	% NO TOTAL DE DOTAÇÕES
OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		**340 162**	**3,9%**
Programa 1 - Edificios Municipais	88 906		1,0%
Programa 2 - Equipamento de Serviços Municipais	251 254		2,9%
Programa 3 - Segurança e ordem pública /Proteção Civil	2		0,0%
OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS		**5 989 285**	**68,2%**
Programa 1 - Educação/Ensino não Superior	5 565 017		63,4%
Programa 3 - Ordenamento do Território	5 105		0,1%
Programa 4 - Saneamento	22 580		0,3%
Programa 5 - Águas	46 000		0,5%
Programa 6 - Resíduos Sólidos	10 870		0,1%
Programa 8 - Cemitério	16 750		0,2%
Programa 9 - Espaços Verdes	223 758		2,5%
Programa 10 - Centro Cultural	4 150		0,0%
Programa 11 - Cine-Teatro S. João	23 415		0,3%
Programa 12 - Biblioteca	7 150		0,1%
Programa 14 - Piscina Municipal	36 080		0,4%
Programa 15 - Pavilhões Desportivos e Polidesportivos	7 500		0,1%
Programa 16 - Recintos Desportivos	20 910		0,2%
OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS		**2 448 602**	**27,9%**
Programa 4 - Iluminação Publica	23 250		0,3%
Programa 6 - Zona Industrial	1		0,0%
Programa 8 - Rede Viária, Arruamentos, e Transportes	2 400 446		27,3%
Programa 9 - Ordenamento de Trânsito e Sinalização	10 405		0,1%
Programa 13 - Mercados e Feiras	12 500		0,1%
Programa 14 - Turismo	2 000		0,0%
TOTAL DO PPI	**8 778 049**		**100,0%**

O Plano de Investimentos para o ano de 2014 totaliza 8.778.049 €, repartido em 3 objetivos e 22 programas.

Verifica-se que 68,2 % do investimento previsto é destinado às **funções sociais**, com destaque acentuado para o "Programa 1 – Educação / Ensino não Superior com 63,4 %, e para o "Programa 9 Espaços Verdes" com 2,5 %. No mapa do PPI poderão ser vistos os projetos que constituem estes programas.

Nas **funções económicas**, a Câmara prevê investir 2.448.602 € o que representa 27,9% do PPI. O programa com mais destaque é o "Programa 8 – Rede Viária Arruamentos e Transportes" com um investimento global de 2.400.446 €.

As **funções de administração geral**, absorvem 3,9 % do investimento, sendo 1,0 % para "Edifícios municipais" e 2,9 % para "Equipamentos para os serviços municipais".

2.5.2. AMR – Atividades Mais Relevantes

Para 2014, totalizam 1.875.954 €.

DESIGNAÇÃO	POR PROGRAMA	POR OBJECTIVO	% NO TOTAL DE DOTAÇÕES
OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		**44 236**	**2,4%**
Programa 01 - Comunicação	18 585		1,0%
Programa 03 - Protecção Civil/Bombeiros	25 651		1,4%
OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS		**527 543**	**28,1%**
Programa 01 - Educação - Ensino não superior	119 909		6,4%
Programa 10 - Serv. Culturais, Recreativos , Relig., Outros	274 133		14,6%
Programa 12 - Biblioteca	9 555		0,5%
Programa 13 - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2		0,0%
Programa 19 - Saúde	500		0,0%
Programa 20 - Acção Social	70 241		3,7%
Programa 21 - Protocolos	53 203		2,8%
OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS		**6 365**	**0,3%**
Programa 14 - Turismo	6 365		0,3%
OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES		**1 297 810**	**69,2%**
Programa 01 - Operações da divida autárquica	1 206 000		64,3%
Programa 02 - Transferências entre administrações	86 810		4,6%
Programa 03 - Juventude	5 000		0,3%
TOTAL	**1 875 954**		**100,0%**

A área mais representativa é "Outras funções", com as quais o município prevê gastar 1.297.810 €. A componente mais significativa é a que diz respeito ao serviço da divida, para o qual se estima a importância de 1.206.000 €. Incluem-se os encargos com juros e amortizações dos empréstimos que o município tem contratados (64,3%).

"Funções sociais" com uma dotação no valor de 527.543 € representa 28,1 % do total das AMR, dos quais 14,6 % serão com o "Programa 10 – Serviços Culturais, Recreativos, Religiosos, Outras Atividades Cívicas" o qual se compõe essencialmente do apoio a atividades no âmbito cultural e desportivo e bem assim a associações e coletividades do concelho que desempenham a sua atividade nestes domínios e ainda de iniciativas promovidas pelo município.

Entroncamento, 26 de novembro de 2013

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria